CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 33 Novembro – Dezembro de 2008

Apesar de ser um Estado periférico da União Europeia, Portugal não deixa de ter uma natureza universalista por ser o centro do mundo lusófono

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Boletim Informativo da AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Cidadania e Defesa

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888 Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site - **www.aacdn.pt**

Ficha Técnica

Direcção
Joaquim Silveira Sérgio

Edição
Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Industrial, Lote 41 - D - 2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559 E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Nº 33 Novembro – Dezembro de 2008

Sumário

3 | Editorial

5 | Ministro da Defesa Nacional – Castro Caldas

6 | Crónica das Arábias
(Relato da viagem à Jordânia realizada pela AACDN em Setembro de 2008)

14 | Portugal e a Lusofonia: retórica, trunfos e ilusões

18 | Convénio de Colaboração entre a PSN e a AACDN

20 | Na Gávea da Nau – Um Convite à Reflexão

23 | Acontecimentos & Actualidades

26 | UmDeCadaVez (David de Oliveira Assoreira)

Capa – Reunião de trabalho dos Ministros da CPLP, em 02NOV07, em Lisboa. (LUSA/António Cotrim)

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

Estamos prestes a entrar em mais um ano. É mais uma página que se vira nas vidas de todos nós e no ziguezaguear evolutivo do nosso País.

As trompetas há muito vinham anunciando o maremoto que se teimava em não aceitar, como se a tal fenómeno, para o obstar, pudessem bastar as nossas boas intenções de simples peões deste tabuleiro universal.

Contudo, foi com acrimoniosa surpresa – não poderia ser de outro modo – que se receberam as novidades das descontinuidades financeiras da banca, cada vez mais internacionalizada, a mesma que, ainda no início do ano, com encumiásticos dizeres e com a filaucia que lhe é reconhecida, propalava aos quatro ventos a subida nos lucros, em tempo deste torvelinho de dificuldades com que a restante sociedade se debatia, deixando estupefactos, como se de néscios se tratassem, os demais compatriotas...

Eis senão quando, como num passo de mágica, com o aproximar do Outono, essas pingues personalidades (não tanto no aspecto físico) vêm pedir ao Estado um aval para contrair empréstimos, porque a *(des)*dita liquidez – perante a queda dos valores cotados nas bolsas, a subida (que já desceu) do petróleo, a queda nas transacções do imobiliário, a queda... a queda... não sei de mais quê – afinal, tinha-se esfumado parcialmente e transformado numa substância mais pastosa, menos líquida... à semelhança do que estava a ocorrer em outras entidades do ramo, por esse mundo fora. Ou seja, uma vez mais se perfilava o perfeito paradigma negativo da dita e inevitável globalização.

E nós, porque nestas matérias não gostamos que nos tomem por ineptos e desactualizados, após a inicial resistência (mais para consumo interno – o que até pareceu bem) à insofismável realidade, lá entrámos neste conúbio político-financeiro (se os outros estão com dificuldades, logo, nós, afinal, também estamos) não por uma simples questão de solidariedade, mas porque, infelizmente, é esta a verdadeira realidade.

E foi só esperar que o Estado desapertasse os cordões à bolsa – a fim de obviar a estrondosa calamidade da corrida aos bancos para levantar o que ainda tinha valor – para que se formasse uma fila razoável de interessados candidatos ao abono. Neste caso, apetece perguntar: o que é que foi feito de tantos milhões de euros de lucro da Banca? Como se pôde esfumar... com tal fluidez... tanto dinheiro!?

Sinceramente, faço votos para que o Estado tenha a devida acuidade visual para poder verificar se o vulgar *português-eleitor-pagante-habitual* vai continuar a ser o único castigado pelo pecado de ter pedido empréstimos para satisfazer as suas pequenas luxúrias, como comprar uma casa, um carro, electrodomésticos, ou mesmo para realizar a viagem da

sua vida, deixando, concomitantemente, de fora, os que, por sucessivos erros, omissões e trafulhices, deram origem a esta história – que ainda está muito mal contada.

Uma coisa é o Estado responsabilizar-se pela liquidez das contas dos depositantes, sossegando-os, deste modo, a fim de que os mesmos mantenham a sua confiança na banca – cujo colapso teria consequências desastrosas para o País – e, ao mesmo tempo, assegurar-se de que as entidades bancárias mantêm o compromisso de os não penalizar por erros que, afinal, não cometeram, ao não baixar os juros em tempo devido, ou, mesmo, aumentar o *spraed*... Outra é o Estado tamponar as perdas das aventuras financeiras dos banqueiros e dos seus *compagnons de route*, fazendo de conta que tudo está bem, deixando, afinal, que os bancos possam aumentar o *spraed* e não descerem as taxas de juro de acordo com o valor da indexação.

Esperamos, muito atentamente, que não surjam, neste interim, manobras financeiras dissimuladas, tais como invenção de pagamentos e aumentos do *spraed*, sem que o mesmo seja negociado...

Esperamos, muito convictamente, que não sejam os mesmos *banqueiros* – uma vez mais – a ter que pagar a crise!...

Joaquim Silveira Sérgio

Ministros da Defesa Nacional dos Governos Constitucionais pós-25 de Abril

Castro Caldas (XIV Governo Constitucional)

Nome: Júlio de Lemos de Castro Caldas
Data de nascimento: 19 de Novembro de 1943
Naturalidade: Lisboa
Pai: Eugénio Queiroz de Castro Caldas
Mãe: Maria Lusitana Mascarenhas de Castro Caldas
Estado Civil: casado
Número de filhos: 3

Júlio de Lemos de Castro Caldas é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo concluído a sua formação em 1966, e foi aluno do Colégio S. João de Brito, delimitando assim o seu percurso académico à cidade de Lisboa, onde também nasceu. Entre 1967 e 1970, serviu no Exército Português como Oficial Miliciano de Administração Militar, alcançando o posto de Tenente.

As suas ligações à política radicam nos seus tempos de estudante, marcadamente a partir de 1963, quando assumiu a liderança da Associação de Estudantes da Universidade de Lisboa. Desta altura e fruto das ligações estabelecidas, Castro Caldas encontra-se entre os fundadores do Partido Popular Democrático – que mais tarde passou a designar-se por Partido Social Democrata. Em 1970 fundou a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, onde, ligado à vertente humanista, já crescia um certo pendor social-democrata e de contestação contra o sistema. Em 1979 foi eleito deputado à Assembleia da República pela Aliança Democrática, pelo círculo de Viana do Castelo, e entre 1979 e 1992 foi membro da Direcção do Grupo Parlamentar da mesma Aliança. Entre 1980 e 1992 foi vogal do Conselho Superior do Ministério Público, por indicação governamental. Na Ordem dos Advogados foi, de 1988 a 1991, Vogal Tesoureiro do Conselho Geral e, de 1993 a 1998, por dois mandatos, Bastonário. No período entre 1997 e 1999, Castro Caldas foi presidente da *Fédération des Barreaux d'Europe*, uma federação internacional que reúne mais de 150 ordens e associações de advogados em toda a Europa.

A par com estas actividades, Júlio de Castro Caldas foi ainda Presidente do Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya (Portugal S.A.), nos anos decorridos entre 1995 e 1999, tendo também desempenhado funções de presidência em assembleias gerais de várias sociedades anónimas, e foi vogal não-executivo dos Conselhos de Administração da "Companhia de Seguros Global S.A." e do "Carrefour S.A.".

Depois das eleições legislativas para o XIV Governo Constitucional, em 10 de Outubro de 1999, Castro Caldas foi convidado pelo Primeiro-Ministro eleito, António Guterres, para o cargo de Ministro da Defesa Nacional, tendo sido nomeado oficialmente para estas funções em 25 de Outubro de 1999, com a publicação do Diário da República n.º 249 I Série-A. Foi Ministro da Defesa até 2 de Julho de 2001, altura em que, ainda antes do fim do seu mandato, como publicado no DR n.º 152 I Série-A, de 2 de Julho de 2001, foi exonerado e substituído por Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Principais medidas enquanto MDN

Estando na origem da aprovação do Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, em Dezembro de 2000, a sua passagem pelo Ministério foi marcada por muitas dificuldades, algumas de carácter político e orçamental, outras directamente ligadas com as suas acções directas enquanto titular da pasta da Defesa.

Tendo sido referido, na época, que o seu nome constava de um abaixo-assinado contra a intervenção militar na Jugoslávia, a presença militar portuguesa nos Balcãs, legitimada pela NATO, e a polémica em torno do caso do urânio empobrecido vieram agravar a situação do Ministro Castro Caldas, chegando este a envolver-se em polémicas com o Presidente da República, Jorge Sampaio, acerca da perigosidade daquela substância e do alegado conhecimento da presidência sobre o assunto. O reequipamento das Forças Armadas, nomeadamente a questão dos submarinos e a modernização dos F-16, sujeita a inúmeros atrasos e impedimentos, acabou por delimitar também o seu campo de manobra institucional, já ferido por algumas manifestações militares. A aprovação do Orçamento Rectificativo, em 29 de Junho de 2001, impondo fortes limitações no sector das Forças Armadas, ditou a sua saída do Ministério, onde ainda considerou a hipótese, obrigado pelo sério corte nas despesas, de suspender as incorporações.

Autor

O Tenente RC Paulo Moreira é licenciado em Português e Francês, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real. É Redactor do *Jornal do Exército* desde Setembro de 2007.

Crónica das Arábias

(Relato da viagem à Jordânia realizada pela AACDN em Setembro de 2008)

A cidade de Amman (ou Amã como aprendi em português) que nos acolheu na noite (manhã) de 3 de Setembro de 2008, dormia tranquilamente, quando chegámos ao Hotel *Le Meridien*. Após cerca de 40 km de autoestrada desde o aeroporto, acicatados pelo sono, mas despertos pela expectativa, a chegada ao hotel foi um bem-vindo lenitivo.

No entanto, as máquinas de controlo à entrada do hotel reavivaram receios escondidos. É que a Amã, pacífica e sonolenta que nos acolhia, tinha sido palco, há algumas décadas, de grandes desordens com os Palestinianos, culminando com a expulsão de Arafat e, num passado mais recente, de atentados bombistas a hotéis.

Encaixada entre Israel e o Iraque, na rota entre Jerusalém e Bagdade, Amã fôra, no tempo da guerra, a estação onde os jornalistas se acumulavam, tentando chegar a Bagdade e perscrutando os céus à procura dos mísseis iraquianos com destino a Israel…

Mas, após algumas horas de sono, um bom banho e um óptimo pequeno almoço, as caras sorridentes no autocarro provavam que as preocupações estavam esquecidas e a disposição era óptima para aproveitar as coisas fantásticas que nos estavam prometidas.

Dia 3 de Setembro – Jerash…e o castelo de Ajloun

Começa aqui uma crónica de impressões de viagem, contadas no presente e na 1ª pessoa, para reviver momentos e episódios que a inexorável poeira do tempo irá rapidamente cobrir e apagar. Assim a benevolência dos Deuses e dos leitores estejam comigo!...
Saindo de Amã, temos uma manhã de sol e calor, que começou tarde, mas promete um dia lindo. Pela janela do autocarro, vejo uma estrada de grande movimento que vai descendo, curva atrás de curva, para um vale onde se divisa o verde das explorações agrícolas.
A paisagem de calcário branco é quase agreste, com tufos de oliveiras, pinheiros mansos e cedros. Apesar da singularidade, torna-se familiar na sua matriz mediterrânea.
À saída de Amã, fiquei bem impressionado com o aspecto de limpeza ordenada dos bairros de casas todas iguais, de dois pisos, revestidas a pedra branca e com muito espaço entre elas. Notava-se até um grande esforço de criação de infra-estruturas. Mas depois veríamos que esta não é a imagem geral da Jordânia. Trata-se decerto duma zona de desenvolvimento urbano planeado e que, não sendo comum, não deixa de ser um bom augúrio.

Os Guias, âncoras e remos deste navio tormentoso…
É a altura de apresentar o nosso guia jordano: de nome Mohamad, como o profeta, revelou sempre uma boa disposição e um humor sibilino, destacando-se a sua simpatia, em especial com as senhoras... De notar ainda a sua capacidade de falar ininterruptamente, só com pequenas paragens respiratórias características...
E o motorista, de nome Fawaz, possuidor dum farto bigode e com uma estrutura física sólida e tranquilizadora. Exímio e eficiente, cumprimentava com um sorriso, abria e fechava as portas com paciência, regulava o ar condicionado à sua maneira...
E principalmente conseguia fazer passar o autocarro por todos os caminhos que se nos ofereciam...
Do nosso guia português, Pedro, falarei oportunamente...

Na estrada de Damasco…
E voltando à estrada... O Mohamad vai folheando a história desses tempos remotos greco-romanos, em que Amã se chamava Philadelphia (amiga de Deus) e Jerash se chamou Anthioquia. E dos povos que por aqui foram dominando: assírios, persas, nabateus, romanos, bizantinos, egípcios, turcos, etc.
A estrada que estamos pisando era chamada de Estrada de Damasco... Recorda-me a conversão de S. Paulo, soldado romano, que galopava pela Estrada de Damasco, na perseguição dos Cristãos, quando caiu, ofuscado pela Luz Divina...
Esta estrada ligava a Síria ao Índico e às fontes das especiarias, transportadas pelas caravanas. Por essa razão, os escritores romanos baptizaram esta parte do mundo como "Arábia Feliz".
E assim chegámos a um desfiladeiro atravessado por um rio que vem de Amã e se dirige ao Jordão. Ficámos surpreendidos porque não víramos rio nenhum em Amã, mas é que estávamos alojados no planalto e como confirmaríamos depois, de Amã não víramos nada.
Este rio era a fronteira do reino bíblico de Amon. É um sítio agradável, principalmente porque ver correr a água num local tão desolado, com temperaturas acima de 30ºC, é melhor que comprimidos para o stress. E claro que um local com água corrente (que já foi pura e cristalina), não deixaria de chamar a atenção dos povos antigos.

Acordámos os soldados romanos, no hipódromo…
E assim chegámos ao que resta da esplendorosa cidade de Jerash (Gerasa era o seu nome romano e curiosamente o que aparece na placa).

Entrámos através dum sumptuoso pórtico de três arcos, recentemente restaurado (Arco de Adriano) e logo vemos à esquerda as ruínas do Hipódromo, também reconstruído. Com muito cuidado na colocação dos pés, porque o chão está cheio de destroços, desníveis e até buracos de utilidade desconhecida, fomos espreitar o hipódromo do alto das bancadas.
A arena é impressionante e, para nosso espanto, do chão começaram a surgir soldados romanos, estremunhados da sesta que decerto estavam usufruindo em caves sombrias, fora da nossa vista. Com um relinchar nervoso, surgem até cavalos e... teríamos um espectáculo completo se pagássemos as respectivas custas.
Mas o calor aperta e os estômagos retraem-se: há que seguir o nosso guia que já aponta triunfalmente para as muitas colunas que se divisam ao longe e...

ignorar estoicamente os vapores que se escapam duma tenda onde consta que iremos almoçar.
O panorama que se nos depara em frente é dramaticamente catastrófico: para além das muitas colunas alinhadas (chamam-lhe a cidade dos 1000 pilares), resta um amontoado de destroços, de pedaços de colunas, de capiteis... que facilmente acreditamos ter sido obra dum bombardeamento da última guerra. E afinal foi pior que uma guerra: os sismos e as invasões dos guerreiros e dos ladrões, com a cumplicidade do tempo, modelaram este triste exemplo da futilidade das construções humanas.
Reunidos na Praça Oval, ouvimos o nosso líder, o nosso guia, o nosso "profeta" Mohamad discorrer sobre a arquitectura das cidades romanas: "...Aqui, nesta praça ladeada de 63 colunas jónicas, era o Forum, onde se comerciava e se discutiam as coisas políticas. Daqui irradia o Cardo Máximo, avenida ladeada de colunas, com 800 metros de comprido, até à Porta Norte da cidade. É cortada perpendicularmente por duas ruas principais, que sobem a encosta: o Decumano Sul e o Norte. Em frente, à esquerda, sobressaem das ruínas os restos do Circo ou Teatro Sul (3000 espectadores) e o Templo de Zeus..."
Olhando a colina mais para Noroeste, vemos ainda restos de igrejas bizantinas e o Templo de Artemísia.

Lusitanos!...em marcha!
Ao grito de "Lusitanos! Povo de Mohamad!..." fizemos a peregrinação destes locais com verdadeiro espírito de missão, pois o calor apertava, os declives e degraus eram uma chatice e... o apetite derivava perigosamente para fome devoradora.
Mas vale a pena destacar:
Logo na subida para o Templo de Zeus, a sombrinha tentadora duma Pimenteira, onde o Governador se sentava para apreciar o movimento no Forum e por isso é chamada de "Pimenta do Rei". Ainda tem um banco esculpido em pedra;
O Teatro e a sua acústica notável. Mantém-se perfeitamente operacional, com requintes de engenharia acústica, hoje esquecidos ou ignorados. Continuam a realizar-se eventos sem recurso a qualquer instalação sonora. Um gaiteiro e um tamborileiro tocaram para nós alguns acordes. Foi inesquecível a pureza e riqueza musical da "gaita de foles", um instrumento introduzido pela ocupação britânica;
As "colunas dançantes" no Templo de Artemísia. Dada a sua esbeltez e os pesados capitéis que as encimam, basta um pouco de vento para que o fenómeno se inicie. A sua oscilação é imperceptível, mas basta introduzir na sua base uma colher (ou outro objecto similar) para que, por efeito de alavanca, as oscilações sejam visíveis na ponta do objecto, que se move lentamente e parecendo ter vontade própria;
A beleza imaginada do "Tetrapilo", a praça de intersecção do Cardo com o Decumano: quatro pilastras enormes, que outrora suportariam uma cobertura monumental;
A beleza do "Ninfeu" ou fonte monumental, muito bem conservada até à cobertura em cúpula, parte dela já desaparecida;
A espectacularidade do Cardo Máximo com a sua largura impressionante, as suas mais de 500 colunas ainda de pé, coroadas de capitéis coríntios e... o sistema de esgotos de que se conseguem perceber as sarjetas e algumas tampas de colectores.

Um castelo dos Cruzados... de má memória!
Cumprido o repasto no Restaurante "arqueológico", regressámos ao autocarro, passando, claro, pelas "lojinhas" de compras, uma realidade de todos os tempos e lugares. Havia até um miúdo que sabia declamar a sua lengalenga de anúncio ao seu produto em mais de uma dezena de línguas (português incluído).
Vamos agora a caminho de Ajloun, uma vila e um monte fortificado, no caminho das caravanas (Caminho dos Reis), que desde o Mar Vermelho se dirigiam à Síria para comerciar as especiarias e outros produtos de troca.
Subimos a montanha de calcário, recortada de covas, penedos e grutas e deparámos com um vale enorme muito arborizado de oliveiras. Num monte do outro lado, descortinamos um castelo em ruínas, que iremos visitar.
Passámos a vila de Ajloun, que tem um aspecto sujo e inacabado; as casas terminam em terraços onde os ferros à vista denotam a vontade de continuar a construção. Numa zona de grande sismicidade é preocupante a suspeita de que não há projecto de construção!
O nosso guia vai falando da história do castelo: terá sido construído em 1185, conquistado e destruído pelos mongóis em 1260, mas logo reconstruído pelos mamelucos do Egipto. Os cruzados ocuparam-no durante longos anos, mas foi reconquistado por Saladino. A sua importância estratégica deriva da vista panorâmica sobre o caminho das caravanas, a

quem poderiam proteger, mas também cobrar tributos.
E Mohamad contou uma história muito interessante: O castelo tem no seu interior uma igreja cristã, respeitada por Saladino e outros chefes árabes. Na região viviam muitos cristãos que odiavam os cruzados a quem chamavam "estrangeiros franceses", pois estes não respeitavam a sua crença e assassinavam-nos por igual. Na defesa e manutenção desse castelo participavam esses cristãos que dispunham da sua igreja.
O castelo tem uma imponência respeitável, apesar das suas torres estarem completamente arruinadas. Enraizado em rocha à vista, dispunha dum fosso com ponte levadiça. Passada a porta, sobe-se uma rampa abobadada íngreme, com curvas que dificultariam a progressão. Há ainda casamatas numa das quais está instalado um museu arqueológico. Passamos uma capela pequena, mas percebe-se que há uma parede construída depois e que reduziu a sua dimensão.
A um canto, vêem-se uma espécie de berlindes de pedra de grandes e várias dimensões. Parece que o desporto preferido era atirá-los pela encosta e contar quantos inimigos derrubava. Deve estar por aí a origem do desporto da moda: o Bowling!
Na sua esplanada mais alta, a 1250 m de altitude, a vista é espectacular, com vales paralelos para Oeste, num dos quais correrá o Jordão, que não vimos. Aliás, todo o dia o céu esteve toldado por uma irritante neblina que reduz o alcance da visão.

Dia 4 de Setembro – Amman e o Mar Morto

Este é o dia dedicado a Amã, a capital, e terminará na estância turística do Mar Morto.
À medida que avançamos para o centro, parece que entramos noutro mundo mais feio, mais desordenado, mais ruidoso. Afinal sempre havia um rio a atravessar a cidade. Nós estávamos no planalto e agora entramos numa encosta descendo para o vale onde se situa a cidade romana. Mas primeiro vamos subir à Cidadela, colina fortificada (ou Jebel), com templos e outros restos duma ocupação milenar.

Amã - Uma cidade com história…
Chegámos ao topo e de repente olhamos deslumbrados para um panorama em anfiteatro: Estamos na Acrópole ou cidade alta e aos nossos pés está a cidade baixa ou Necrópole, onde se destacam, no meio dos edifícios actuais, o grande Teatro (6000 lugares) e restos do Fórum e outros edifícios da Philadelphia romana.
Em todo o horizonte só vemos casas cubistas de dois ou três andares, de cores claras onde predomina o branco sujo. Parece que a cidade antiga tinha sete colinas (aquele número mágico), depois passou às cerca de 19 que vemos e hoje já vai em mais de 23. Num país com cerca de três milhões de habitantes, só esta cidade tem perto de dois milhões.
A história desta cidade começa na Idade da Pedra,

atravessa a Idade do Bronze e do Ferro e entra na História Bíblica. No século X a.C., o rei David conquista a Rabat Ammon (cidade de Amon) que readquire a independência um século depois. Construem-se as primeiras muralhas, mas, a partir do século VIII a.C., sucedem-se Assírios, Persas, Selêucidas, Nabateus. A cidade muda de nome no reinado de Ptolomeu Philadelpho e é com este nome que os romanos a conquistam em 63 a.C. e a incorporam no seu Império. No período bizantino construem-se igrejas cristãs, mas no século VII o Islão alastra por este território, restabelecendo o nome de Ammon para a cidade. A importância da cidade diminui no período otomano até ficar totalmente desabitada e refúgio de beduínos. Só na era moderna, com o caminho de ferro, a cidade ganha nova vida e renasce como capital da Jordânia independente em 1946.

Bombardeamento iminente…

Estávamos admirando o Templo de Hércules e tirando fotografias, quando somos sobrevoados por um pequeno avião de hélice a baixa altitude. Seria certamente de reconhecimento. Pouco depois seguem-se outros com ar agressivo de bombardeiros nazis… Será que só agora deram conta da perigosidade deste grupo de portugueses, com estranhas ligações à Defesa Nacional ???…

Mas afinal não aconteceu nada… Julgo que os pilotos, vendo as ruínas à nossa volta, decerto concluíram que outros já tinham cumprido a missão, poupando as munições.

E assim escapámos incólumes a esta provação!

Depois das pedras,…as compras!

Na cidadela visitámos o museu arqueológico, com autênticas preciosidades. E depois os restos duma mesquita e um estranho edifício, restaurado por arqueólogos espanhóis. O edifício tem planta quadrada, mas no seu interior uma grande sala em cruz, chamada de Sala de Audiências. Seria a residência do Governador otomano. Nas paredes interiores, sobressai a decoração em pedra lavrada em baixo relevo, qual filigrana preciosíssima. A cúpula em cobre e madeira foi totalmente reconstruída.

Vamos agora à cidade baixa dar uma vista de olhos pelas ruínas do Teatro e uma visita livre ao Souk, para quem já sente a pressão das compras.

Mas se por acaso não encontrou o que desejava, vamos agora a umas lojas, sob protecção da Rainha Raina, onde só se vendem artigos manufacturados, cujo produto se destina a uma associação de apoio às mulheres.

Almoço "bizontino"…

Subimos de novo ao planalto, à cidade moderna, para almoçar num restaurante com o sugestivo nome de "Castelo Beduíno". Numa zona fina, no meio de vivendas, entrámos no suposto castelo:

De castelo não vi nada, de beduíno talvez a tenda (com tectos de fibrocimento ou chapas de zinco), as mantas de lã, um leve cheiro a cabra e… talvez o mais genuíno: um calor abafado, cheirando a deserto… que uns tristes aparelhos circuladores de ar começaram a tentar dissipar.

A ementa merece um certo realce: uma espécie de hamburger com batatas fritas! Não conjuga muito bem com a tenda de beduíno, não acham? Se calhar confundiram-nos com americanos... Talvez haja aqui uma infeliz integração de culturas ancestrais com a nova "cultura" que nasceu nas pradarias do Texas e que as prestigiadas marcas americanas vão divulgando. Eu chamo-lhe "cultura bizontina", com as derivações pós-modernas do *fast-food* e enlatados!...
Resultado: até eu, que não sou praticante, aderi voluntariamente ao Jejum do Ramadão e... pus toda a minha esperança no pôr do Sol e nas virtudes do próximo jantar...

Ammon, o pai tirano... e o resto!
... E lá vamos a caminho do dito jantar. O nosso heróico guia Mohamad insiste em contrariar a sonolência que se instalou e fala dum estranho caso dum rei chamado Ammon, que embebedou as filhas e... dormiu com elas !!...
Mau!... Será que eu é que adormeci?...
Mas depois falou de coisas mais sérias. De Economia,... que é baseada na agricultura, turismo e... fosfatos. Que a Jordânia não tem petróleo, mas tem água que chega para todos. Que é um lugar de paz e de união entre zonas de conflito... E do Ramadão e do jejum diurno, que serve de desculpa para tudo!

A grande depressão...
Estamos agora descendo para a grande depressão e vamos descer ainda muito mais. Amã está a 800 m de altitude e o Mar Morto a 400 m abaixo do zero hidrográfico. Logo, são 1200 m de desnível.
A estrada é muito boa, de via dupla, mas com inclinações de 8%. A paisagem assemelha-se de algum modo à descida do vale do Douro, mas faltam-lhe as vinhas. Há várias povoações bordejando a estrada, que tem um trânsito razoável (liga à zona agrícola do Jordão e a Israel).
O céu, que esteve sempre coberto de neblina, fica agora cada vez mais cinzento e a visibilidade vai diminuindo. A temperatura e humidade vão subindo, criando um "chapéu de chumbo" algo desagradável. A pressão sobe de forma sensível nos ouvidos. Uma garrafa meia de água aparece toda amachucada da pressão exterior.
O vale do Jordão, com o Mar da Galileia e o Mar Morto, ocupam a grande depressão, proveniente da fractura da crosta que tenta separar a placa europeia da indo-asiática. Esta falha prolonga-se até ao Golfo de Aqaba e, pelo Mar Vermelho, continua até à região dos grandes lagos de África.
O nosso guia vai tecendo considerações sobre a salinidade da água do Mar Morto que é cinco vezes superior ao normal. Parece que há uma polémica entre os religiosos sobre se se trata dum milagre, ou se haverá nascentes salgadas no fundo. Acho esta polémica algo excêntrica porque a ciência explica perfeitamente o fenómeno, aliás visível em muitos outros pontos do globo: A erosão dos terrenos traz os sais que vão ficando dissolvidos na água. A evaporação vai retirando a água, mas deixando os sais. Então a evolução da salinidade varia com a relação entre a entrada de água com sais pelos rios e fontes e água destilada da chuva, *versus* a saída de água destilada pela evaporação.

Em princípio, se a precipitação de chuva for superior à evaporação, nem haverá aumento de salinidade. Como a evaporação é proporcional não só à temperatura, mas também à área de exposição ao sol, o factor crítico da velocidade de salinização vai ser a relação entre a superfície e o volume (profundidade). Os lagos mais fundos e com muita precipitação podem até nem salinizar.
E temos ainda o fenómeno interessante do aumento da impulsão com a salinidade. Pelo Princípio de Arquimedes, a força que nos empurra para fora da água (impulsão) é proporcional ao peso do volume de água deslocado e a água com mais sal é mais pesada…

O Arquimedes a pôr a mãozinha por baixo…
E com estas considerações chegamos ao Hotel *Marriot Dead Sea* a tempo de ainda experimentar o banho no Mar, beneficiando dos tão apregoados poderes curativos da salinidade e ainda das lamas negras, provenientes não sei donde, mas tão abençoadas!
Este hotel é um *resort* de grande qualidade, um verdadeiro oásis no meio duma paisagem desolada. O banho revelou-se uma experiência exasperante, pois a conservação da posição vertical na água era quase impossível. A flutuação era fácil mas na posição de costas. Então viveram-se cenas hilariantes na aproximação à costa: os exímios nadadores tentavam baixar os pés mas a impulsão trocava-lhes as voltas, desfazendo-lhes o equilíbrio…
Um nosso colega arranjou uma explicação interessante para este fenómeno: parece que "um tal de Arquimedes nos punha a mão por baixo" (e empurrava). Acho que, para além do atrevimento desse senhor, ao menos podia fazê-lo com mais elegância!…
As pessoas que apostaram nos milagres das lamas, tiveram resultados surpreendentes. Conseguiram, após um estado de invisibilidade e perda de identidade (pareciam um bando de pinguins idênticos), surgir resplandecendo como ninfas das águas do Mar. Esse estado de radiosa juventude manteve-se aliás por vários dias!…
O jantar foi realmente fabuloso, embora ajudado pelo excepcional apetite provocado pelas diversas surpresas do dia! No lindo e bem recheado *buffet* havia … galinha do Líbano, sopa de Marrocos, borrego não sei donde… Era só escolher e degustar…, o que fizemos com notável dedicação.
Para terminar este dia em beleza, houve até quem voltasse ao banho. Mas bastava um passeio nos jardins nesta noite cálida, sentindo o ritmo sul americano duma banda que tocava, para atingir o Nirvana!
Louvado seja Deus,…Pouco faltou para ser perfeito!…

Dia 5 de Setembro – Israel, Belém

Tomado o óptimo pequeno almoço, pudemos apreciar, a caminho da fronteira, a extensa zona agrícola irrigada, com bananas e produtos hortícolas. À direita, a grande barreira dos montes jordanos, com indicações para Madaba e Monte Nebo, que visitaremos mais tarde. À esquerda, a neblina identifica o Mar e dá uma imagem filtrada dos montes amarelos de Israel. Em frente dizem que já se avista Jericó…

O "colapso de espera" na fronteira…

Chegámos ao posto de controlo jordano: autocarros que chegam e partem, táxis, pessoas que vão e vêm… Ao fundo da estrada há dois arcos: quem segue para a esquerda vai para Israel, pela direita vai para a Jordânia. Ficamos aguardando no autocarro; Mohamad pegou nos nossos passaportes e diz que são só dois minutos. Já lá vão duas horas. A expectativa cresce na razão inversa da paciência.

Neste exasperante "colapso de espera", há quem resolva ir dar uma voltinha lá fora. Aproximam-se dos arcos, de máquina em punho, despertando um guarda armado que, com grandes gestos, os convida a retroceder…

E lá vem o Guia com os passaportes. Diz que os polícias da fronteira estão no Ramadão e isso reduz a sua eficiência.

Pronto! O Mohamad fica e nós podemos continuar através da terra de ninguém até ao posto de controlo israelita, onde mudaremos de autocarro.

Alto lá… que isto agora é a sério…

Passámos uma ponte sobre o Jordão, que já não tem água, mas ainda se mostra, pelo verde das acácias no meio do branco amarelado das colinas de areia. Do lado de lá da ponte, uma casinha de madeira…

E… alto lá, que isto agora é a sério!… Dentro da casinha está um militar fortemente armado que irrompe de semblante turvado, com o dedo acusador:

"No fotos!…"

Pois! Parece que alguém disparou, salvo seja, a sua máquina e agora temos um problema.

A máquina é sujeita a inspecção minuciosa pelas simpáticas meninas, que fazem o trabalho de campo (serão militares?): inspeccionam o exterior do autocarro, espreitam por baixo com uns curiosos espelhos, olham sorridentes para nós e… apagam as comprometedoras fotos.

No posto aduaneiro, temos de pegar nas nossas bagagens e sujeitarmo-nos ao controlo pessoal. Ouvimos uma algazarra para lá das barreiras e afinal era a nossa guia israelita que queria vir ao nosso encontro e não foi autorizada…

Bom, agora atenção: em fila ordenada, somos interrogados por um jovem militar:

"passport?… your name?… isto e aquilo?…"

"yes…yes…yes…" ia eu respondendo.

"weapons?", pergunta o militar. E eu: *" YES!…"*

A minha afirmação faz arregalar os olhos do jovem armado, mas com ar angelical. No alto da cabeça tem um estranho solidéu, preso com uma trancinha, para não queimar a moleirinha…

Era boa praça… Perante a minha atrapalhação, abre-se num sorriso e manda-me avançar,… por fora da máquina…

Saaafa!…

Continua (I de III)

Autor

Engenheiro Sousa Pereira
Sócio nº 875/04 da AACDN

Portugal e a Lusofonia: retórica, trunfos e ilusões

As potencialidades da Lusofonia

Existem cerca de 200 milhões de lusófonos espalhados pelas mais diversas zonas do globo

Foto © Lusa

Existem cerca de 200 milhões de lusófonos espalhados pelas mais diversas zonas do globo. Nesse sentido, as fronteiras culturais de Portugal ultrapassam e estendem-se muito para além das fronteiras geográficas e políticas da União Europeia (UE). A cultura portuguesa pode ser, de facto, considerada global, pois marca presença nos mais diversos pontos do globo. O espaço lusófono permite a Portugal projectar-se de maneira mais eficaz no sistema, valorizando-se mutuamente, seja o sistema, seja o país, e potencializando as suas aspirações nacionais, regionais e globais. Portugal pretende utilizar a proximidade linguística, cultural e histórica com os países de língua portuguesa como elemento de diferenciação na cena internacional e como elemento de resistência ao processo de homogeneização decorrente da globalização e da participação dos diversos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em esquemas de integração regional.

Devido aos laços históricos e à língua, Portugal tem tirado partido da sua pertença à União Europeia para aprofundar e valorizar as relações com o Continente africano e com o Brasil através, por exemplo, da realização das primeiras cimeiras, Europa-África e Europa-Brasil, durante as presidências portuguesas da União Europeia. Para reforçar a sua relevância no espaço europeu, o nosso país pode desfrutar, por exemplo, da capacidade de mediar relações entre a União Europeia e outros espaços geográficos, o que ficou patente na presidência portuguesa da União Europeia do segundo semestre de 2007, com a realização das Cimeiras UE-África e UE-Brasil. Por outro lado, a vertente universalista do país afirma-se através dos portugueses espalhados pelo mundo que estão na linha da frente, no que diz respeito à afirmação do país, da língua e da cultura.

Além disso, a Lusofonia é a força motriz da CPLP. A relação da Europa com a África é importante por diver-

sos motivos. Portugal, como país que tem relações privilegiadas com as ex-colónias africanas, desempenha um papel fundamental. O Brasil tem uma importância geoestratégica significativa: basta ter em conta que na recente cimeira de Novembro sobre a crise financeira mundial, organizada pelos EUA, o Brasil estava incluído no G20, um grupo de potências económicas emergentes. Trata-se de um país que apresenta elevadas taxas de crescimento, ao mesmo tempo que dispõe de uma cada vez maior capacidade energética. Está, assim, a consolidar-se como potência regional, o que alimenta a sua vontade de ocupar um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Face a estes dados, o papel de Portugal no aprofundamento da relação UE-Brasil é de primeira linha, dados os laços históricos que unem os dois Estados e, acima de tudo, a partilha da Lusofonia.

A entrada do Brasil para esse grupo restrito seria, certamente, de grande interesse para Portugal trazendo vários benefícios. Em primeiro lugar, a presença no Conselho de Segurança de um Estado com laços privilegiados com Portugal; em segundo lugar, daria maior projecção à CPLP; por outro lado, esse estatuto poderia dar a Portugal maior relevância no seio da própria União Europeia, pois seria visto como um intermediário ainda de maior importância entre a União Europeia e o Brasil.

Dificuldades da língua

O Estado português tem a obrigação de desenvolver estratégias e políticas de promoção da nossa língua fora do país, através das instituições que trabalham na defesa da Lusofonia, como o Instituto Camões, e fazendo de perno nas comunidades portuguesas espalhadas pela Europa. Têm surgido muitas críticas sobre a forma como se está a proceder à promoção e defesa da língua portuguesa no espaço europeu. Uma das críticas aponta para o facto de não existir uma estratégia governamental da defesa e promoção da língua portuguesa, o que é verificável sobretudo nas ex-colónias, onde se confirmou a fragilização da língua portuguesa. Esse problema pode verificar-se também nas comunidades portuguesas emigrantes, que poderão, nas próximas gerações, vir a perder alguma da identidade nacional, fruto da falta de promoção da língua.

A língua portuguesa tem dificuldades em impor-se como língua de comunicação global. Há que reconhecer as dificuldades intrínsecas da língua, por exemplo, a diferença entre a oralidade e a escrita; a confusão entre o português "de Portugal" e o português "do Brasil", aparentemente de mais fácil expressão oral para os estrangeiros. A fonética brasileira tem as suas vantagens sobre a portuguesa, devido ao seu uso de vogais abertas. O português "de Portugal" tem uma pronúncia mais fechada e sibilante, que a torna diferente da variante brasileira. Na realidade, o português está concentrado essencialmente na América do Sul, mais concretamente no Brasil. Além disso, apesar da relevância da Lusofonia, segundo dados de 2001, o português era falado por pouco mais de 3% dos cidadãos da União Europeia. Este dado é demonstrativo do facto dos cidadãos das comunidades emigrantes portuguesas não utilizarem a língua portuguesa ou não a referirem como língua de origem. Ao mesmo tempo, acontece que muitos luso-descendentes não optam pela aprendizagem do português nas zonas onde residem, o que se pode justificar por várias razões.

Tem havido uma pressão cada vez maior em torno de uma simplificação linguística na União Europeia, o que pode ameaçar a língua portuguesa e poderá, por outro lado, interessar a países como o Reino Unido, a França, ou mesmo a Alemanha. A nível europeu, as dificuldades de afirmação da Lusofonia são imensas, dado o nosso peso demográfico, força económica e cultural, peso político e localização geográfica. O lado positivo da questão é que se a União Europeia adoptar um papel global, Portugal deixará de se situar na periferia precisamente por causa da projecção geográfica da Lusofonia.

Em África, os países de língua portuguesa têm vindo a ser ameaçados por uma política de expansão linguístico-cultural levada a cabo pelos países anglófonos e francófonos. Neste contexto, em certa medida, insere-se a adesão de Moçambique à *Commonwealth* e da Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde à Organização Internacional da Francofonia.

Dificuldades políticas

De entre os desafios a serem superados, destacam-se, inicialmente, os receios mútuos que marcam o relacionamento pós-independência entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). Com efeito, Portugal tem tido relutância em adoptar uma postura mais pró-activa relativamente à CPLP, com medo de ser interpretado como tendo uma postura neocolonizadora; por outro lado, os PALOPs nem sempre demonstraram entusiasmo com a CPLP justamente por temerem essa atitude neocolonizadora por parte de Portugal.

No caso do relacionamento luso-brasileiro, tem-se vindo a superar as pequenas divergências que conturbaram o relacionamento bilateral ao longo dos anos. Mais especificamente, tem-se vindo a superar a retórica da instrumentalização geopolítica e geoestratégica da singularidade histórica, cultural e linguística que marca o relacionamento luso-brasileiro. Esta evolução tem duas importantes consequências: o

fim da chamada "teoria da porta", segundo a qual a importância de Portugal no âmbito do relacionamento luso-brasileiro se prende com o seu papel de elo de ligação com outros centros político-económicos, dos quais está próximo, e o reforço da maritimidade de Portugal como contraponto à sua localização periférica no Continente europeu.

O Prof. António Marques Bessa considera que este papel de intermediador, face a grandes centros político-económicos que alguns autores pretensamente vêem em Portugal, é ilusório, uma vez que o Brasil (bem como outros países lusófonos, como Angola) tem força suficiente para interagir directamente com tais centros: "Esta singular mania da centralidade de Lisboa para os países descolonizados, incluindo o Brasil, é pura e simplesmente desastrosa e não é mais que um reflexo da própria colonização. Ver o mundo a partir do Tejo é uma grave imprudência e um erro fático que afecta o desenvolvimento de uma política pensada à altura das forças do país, políticas, económicas e militares".

Por outro lado, o mesmo autor critica a prevalência absoluta dada à União Europeia em matéria de política externa, já que levou Portugal a relegar para segundo plano a sua maritimidade e, consequentemente, a deixar de explorar as potencialidades estratégicas dela decorrentes, como os chamados triângulos estratégicos, tanto o nacional (Continente — Açores — Madeira) quanto o lusófono (Portugal — Brasil — Angola).

Neste contexto – tendo em vista o alargamento da União Europeia – o Embaixador João Pedro da Silveira Carvalho considera necessário que a política externa portuguesa (bem como a participação portuguesa no seio da UE) priorize a dimensão transatlântica (que incluiria não apenas os EUA, mas também o Brasil e demais países da América Latina), deslocando assim o eixo das atenções da Europa para o Oceano Atlântico e, consequentemente, resgatando Portugal de um papel periférico e conferindo-lhe um papel mais central.

A Profª Isabel H. Faria propõe uma política da língua assente em quatro pilares: o primeiro implica "conhecer o outro e apresentar-se como é", isto é, que assente num aprofundamento do conhecimento mútuo das comunidades lusófonas e destas com o seu envolvimento externo; o segundo é "partilhar, no interior desta comunidade mundial de língua portuguesa, recursos de conhecimento", ou seja, aproveitar a tecnologia e os sistemas de informação que a globalização proporciona; em terceiro lugar, "passar de uma fase essencialmente de «informação» para uma fase de «conhecimento»", isto é, a defesa efectiva da língua portuguesa nas instituições internacionais por pessoas capazes de demonstrar a importância da Lusofonia a nível global; por último, "construir novas parcerias e organizar novos perfis de agentes ligados à produção e à divulgação do conhecimento do português", o que passa essencialmente pela aposta na investigação e o estabelecimento de parcerias assentes na importância da Lusofonia. Para o sucesso destas metas, "há que potenciar as organizações não governamentais na construção de uma frente de coesão social para a discussão e representação da língua portuguesa".

As soluções podem passar por certos aspectos como: a aposta clara numa política de promoção da língua portuguesa junto das organizações internacionais e organizações não governamentais; a promoção da língua portuguesa, em especial junto das comunidades emigrantes; a aposta na evolução de organizações, como a CPLP, que podem servir de testa de ponta diplomática nas relações da União Europeia com África, América do Sul e, inclusive, Ásia e Oceânia.

À parte desses argumentos, Portugal e o seu governo têm nas suas mãos a obrigação de aumentar a sua relevância no espaço europeu. Em termos globais, a Lusofonia pode ter o seu peso e pode ser explorada como um trunfo estratégico para a União Europeia na sua relação com outros Estados.

Apesar de ser um Estado periférico da União Europeia, Portugal não deixa de ter uma natureza universalista por ser o centro do mundo lusófono. Como afirma Hélder Macedo, num mundo cada vez mais globalizado, não são as nações que moldam as culturas, mas são, ao invés, as culturas que definem as nações do mundo de hoje. Na opinião de Fernando Santos Neves, Portugal deve aprofundar a sua "europeidade", estando bem consciente que o seu peso europeu é também extra-europeu, dada a influência que poderá ter junto dos Estados lusófonos e a promoção de interesses que poderão, de igual forma, ir de encontro aos melhores interesses da União Europeia.

Fontes:

BESSA, António Marques, "Uma visão sobre as grandes linhas da política externa portuguesa nos últimos anos", in Francisco Knopfli, (org.). *As políticas exteriores de Brasil e Portugal: visões comparadas,* Lisboa, ISCSP, 2004; CASTRO, José Ribeiro e, O Português, Língua da Europa. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. (em http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=394), 2006; FARIA, Isabel H., A Língua Portuguesa no Ano Europeu das Línguas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (em http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm), 2001; MACEDO, Hélder M., "Portugal: The New Frontier", in Asela Rodríguez de Laguna (ed.), *Global Impact of the Portuguese Language,* New Brunswick : Transaction Publishers, 2001; MARGARIDO, Alfredo A., *A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000; MARTINS, Vitor, "A insustentável leveza política da União Europeia", *Relações Internacionais*, vol. 2, Junho de 2004; NEVES, Fernando Santos, "11 teses sobre a lusofonia", *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. (em http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=110), 2003; PALMEIRA, José, *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, Lisboa, Prefácio, 2006. O artigo baseia-se nos *WPs* de J.V.C.R. e A.T.B.

Autora

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
Sócia nº 778/00 da AACDN

Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2015

O direito de deslocação e a liberdade de circulação, consagrados no ordenamento jurídico português, devem ser hoje enquadrados num contexto que inclui, como valor próprio da cidadania, a prevenção e segurança rodoviária.

No nosso país, como noutros, têm sido desenvolvidas estratégias de segurança rodoviária, isto é, planos que, atendendo à situação efectivamente existente, em cumprimento de objectivos atingíveis, ambiciosos e empiricamente construídos, visam aplicar medidas de combate à sinistralidade rodoviária.

A importância estratégica da segurança rodoviária determina a necessidade de, logo na fase de planeamento, se proceder ao enquadramento, com racionalidade estratégica, das decisões respeitantes às acessibilidades, comunicações, redes de transportes e infra-estruturas. O mesmo é naturalmente extensível à forma como se intervém relativamente à formação dos cidadãos enquanto utilizadores, seja na qualidade de condutores ou na de utentes.

A existência de um sistema de transportes, seguro, sustentável, com uma eficiente integração dos diversos modos – terrestre, fluvial, marítimo, aéreo – contribui para a competitividade do país em tempos de paz e constitui uma vantagem em tempos de guerra. A forma como a rede de transportes se achar

organizada, as necessidades que satisfizer, o nível de risco que a sua utilização comportar, as vulnerabilidades que apresentar, não podem deixar de ser vistos à luz do desenvolvimento, bem-estar e segurança que proporciona, sendo este, por isso, um aspecto importante em termos de segurança e de defesa nacional.

A Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2015 (ENSR) surge num momento em que Portugal deixou as habituais posições do fim da tabela e se encontra sensivelmente numa posição correspondente à média dos seus parceiros da União Europeia.

Ao mesmo tempo, foi criada a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, organismo da administração central do Estado com atribuições, de âmbito transversal, nos domínios da prevenção e segurança rodoviária.

Acresce que o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (PNPR), de 2003, está a chegar ao fim do seu prazo de execução, com bons resultados no que se refere à diminuição do número de mortos, de feridos graves e de feridos leves.

O objectivo das políticas e das práticas a adoptar, assim como das acções a executar, não pode deixar de visar a superação das posições já conseguidas.

A ENSR tem, por isso, que assentar em medidas mais sofisticadas, mais tecnicamente suportadas, executadas pelas várias entidades envolvidas, nos momentos próprios, de forma coordenada, evitando duplicações de esforços e lacunas de actuação. Tudo isto, que é, de facto, muito complexo, exige uma nova atitude colectiva perante os problemas detectados, a escolha e a oportuna aplicação das medidas efectivamente adequadas ao estádio em que o país se encontra, aos problemas identificados.

Em consequência, seguindo as melhores práticas, há necessidade de desenvolver uma ENSR que, em face de um objectivo claro e mobilizador, definido como "colocar Portugal no Top 10 europeu em matéria de segurança rodoviária", servirá para mobilizar todos os meios morais e materiais de que a Nação dispõe, garantindo uma actuação eficiente no que se refere aos diversos aspectos que tradicionalmente se agrupam em torno dos três pilares da segurança rodoviária: a infra-estrutura, o veículo e o comportamento humano.

Há necessidade de todos os cidadãos considerados individualmente e organizados das mais diversas formas, associados de facto e de direito, participarem, colaborarem na Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária. E, ao fazê-lo, tenham consciência de que se trata de um imperativo resultante da sua pertença, da sua vivência em comunidade.

O Estado, bem como todos os serviços e organismos da administração pública com atribuições nas diversas áreas pertinentes, no que à prevenção e segurança rodoviária se refere, tem também de coordenar as suas acções de forma a potenciar a obtenção de resultados.

Para os cidadãos agrupados ou individualmente considerados trata-se de um verdadeiro acto de

cidadania que, em simultâneo, envolve o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres inerentes à pertença à comunidade nos termos latos em que o conceito pode hoje ser entendido. Se cada um tem o direito de se deslocar no território nacional e a liberdade de circular nas vias abertas ao trânsito público, ao mesmo tempo, tem o dever de o fazer de acordo com as regras de prudência e com as normas jurídicas, legais e regulamentares, aplicáveis.

Por isso mesmo, o desenvolvimento da ENSR, a escolha dos objectivos operacionais, bem como das medidas a adoptar, foi feita por mais de cem técnicos, em representação de dezenas de entidades directamente envolvidas nos trabalhos.

A aplicação e a execução de tais medidas também tem que contar com a colaboração activa de todos, desde logo, dos actores, dos responsáveis dos diversos sectores, organizados em diversas estruturas, nomeadamente, de nível político, de nível técnico e de nível consultivo, congregando a sociedade civil, isto é, com o concurso daqueles particulares que se mobilizam para tornar possível a realização de fins públicos, neste caso, o aumento da segurança rodoviária em consequência da diminuição dos riscos próprios da circulação, materializados na efectiva baixa dos índices de sinistralidade.

Por isso, a ENSR e o sucesso da execução das medidas de prevenção e segurança rodoviária nela contidas prestam-se hoje e dependem, mais do que nunca, do que cada um à sua escala fizer, do que todos colectivamente realizarem.

Autor

Luís Miguel Farinha
Jurista
Auditor do Curso de Defesa Nacional

Um Convite à Reflexão

Apesar do local em que me situo, não vislumbro em que pé se poderá encontrar o conflito entre os professores e a equipa ministerial comandada por Maria de Lurdes Rodrigues, formal e propaladamente apoiada pelo governo deste torrão à beira-mar plantado. Qualquer que ele seja, porém, de um facto estou seguro: o processo de degradação da qualidade pedagógica e do nível científico do ensino prosseguirá no ritmo adquirido, o qual vem de há mais de três décadas e até hoje nenhum governo teve arte e engenho para travar.

Com efeito, no horizonte abrangido, não se detecta qualquer sinal indiciador de sentido contrário, uma vez que as medidas anunciadas, impostas por uns e contestadas por outros, decorrem de uma visão financeira, contabilística e administrativa da Escola e não de uma perspectiva pedagógica, científica e económica do Ensino.

Apaixonadas e tonitruantes, são inúmeras e diversas as vozes que hoje se fazem ouvir, emitindo opiniões fundamentadas, por certo, na experiência escolar de cada qual dos seus autores e também nas "dicas" que vão lendo ou ouvindo aos críticos que sobre o assunto peroram.

Em boa verdade nunca tanto espaço público foi concedido à escola, ao ensino e à educação, como hoje se verifica. O fenómeno ocorre na rádio, na televisão, nos jornais, nos semanários, no plenário, comissões e corredores da Assembleia da República, no Governo, nos conselhos criados para o efeito, nas instituições culturais, nos sindicatos, nos cafés, na rua. O momento propicia-o, que o assunto é polémico: estão em causa interesses profissionais e financeiros.

Como vão longe os tempos em que, agendado um debate parlamentar sobre a educação depois de o PS ter entregue na Assembleia o seu projecto de Lei de Bases do Sistema Educativo, a sessão foi interrompida durante a tarde para que os deputados e os membros do Governo presentes pudessem assistir à transmissão televisiva do jogo de futebol entre a Alemanha e Portugal!

Em boa verdade, se a discussão de temas como o ensino e a educação não tinha o impacto público capaz de alimentar as agências noticiosas, por que motivo se haveria de privar os representantes do Povo do patriótico incómodo de assistir pela televisão ao importante evento futebolístico!?

Impacto que continuou a não ter aquando da sessão plenária de 31 de Julho de 1986 – com os deputados já de malas aviadas a pensar na partida para férias –, na

qual foi votada, sem discussão e a correr, a Lei 46/96, precisamente a Lei de Bases do Sistema Educativo.
Curiosamente, então, nem jornais nem semanários nem rádios nem televisão nem sindicatos nem quaisquer outras entidades se permitiram comentar publicamente e tecer considerações, quer sobre o conteúdo da Lei, quer sobre a forma pouco normal e nada curial como aconteceu o seu parto. É que o assunto era demasiado "abstracto", demasiado teórico, demasiado especulativo. Por isso e porque, à vista desarmada, não envolvia interesses económicos nem financeiros e não tinha impacto público capaz de aumentar a venda de jornais e os níveis de audiência, não mereceu referências, nem públicas nem publicadas.
É evidente que aquilo que hoje está em discussão, que causa o descontentamento dos professores e que provoca a ira dos sindicatos, muito pouco tem a ver com o ensino e com a educação. Não estão em causa o modelo pedagógico de escola que serve a Juventude e o País nem o ajustamento dos programas à realidade social a que se destina nem a qualidade pedagógica dos manuais escolares nem a aquisição por parte dos alunos dos instrumentos científicos, cívicos e morais necessários ao seu processo de autoformação ao longo da vida. Nem sequer é o estatuto da função docente do professor que está em causa.
Não. O que está, verdadeiramente, em causa é muito mais "simplex": é tão-só a redução das despesas públicas na perspectiva financeira do curto prazo, recorrendo-se para tanto, ao corte do número de professores que acedem aos últimos escalões.
Ocorre, então, perguntar: não seria mais eficiente e mais profícua, porque sem prejuízo para os alunos, a redução do exagerado número de organismos administrativos do ME que atulham os edifícios da 5 de Outubro e da 24 de Julho?
Não seria, igualmente, mais eficaz acabar com os vários organismos regionais que por aí proliferam e mais não são do que meras correias de transmissão que ocupam espaço, gastam tempo, consomem energia, perdem eficácia e diminuem a qualidade do produto que veiculam?
Não há dúvida, pois, de que o que está em causa é o estatuto remuneratório do professor. É esse que importa alterar. E como? Pela via administrativa, claro.
Aqui chegado, fixando-me em horizontes passados que da gávea ainda diviso, de novo ocorre perguntar por onde andavam as vozes críticas que agora tanto clamam e reclamam, quando, em 1998, se encontrava em apreciação e debate o Estatuto da Carreira Docente que, depois de amaldiçoado pela burocracia imperial, foi alterado e é por isso a causa do burburinho a que hoje se assiste.
Não foi ele aprovado por um Governo social-democrata e promulgado pelo então Presidente da República?
E a Lei nº 50/90, a verdadeira causa do mal-estar que hoje se vive em tempos de défice, não foi ela aprovada por unanimidade na Assembleia da República onde se encontravam parlamentares do PS que a defenderam, votaram e, alegremente, dos seus efeitos usufruíram?
E não foi o PS que, no auge da campanha para as

O que está em causa é tão-só a redução das despesas públicas recorrendo-se ao corte do número de professores que acedem aos últimos escalões

eleições legislativas em 1995, prometeu aos professores a regulamentação imediata do célebre artigo 55º do Estatuto da Carreira Docente que o Governo anterior tinha protelado e viria a provocar em 1996 o aumento da despesa com a educação em várias centenas de milhões de contos?

E não foi o Governo de então que substituiu a promoção, na passagem do 7º ao 8º escalão, pela mera progressão, extinguindo as provas de acesso a que os professores candidatos estavam sujeitos?

Por onde andavam, então, os burocratas que hoje ocupam a 5 de Outubro e a 24 de Julho (e também os que se passeiam nas correias de transmissão) e peroram críticas, prescrevem sentenças e tomam medidas que em nada contribuem para travar o processo de degradação científica e pedagógica de que enferma o ensino?

Em Junho de 2006, logo após as primeiras medidas administrativas anunciadas e levadas a efeito por esta equipa, circulou um convite à ministra para que abandonasse o ministério, levasse consigo técnicos, políticos, burocratas e críticos e deixasse a Escola construir humanidade.

O convite mantém actualidade e reforçada legitimidade. Efectivamente é tempo de parar para reflectir. É tempo de acabar com a visão mercantilista da Escola. É tempo de o Império da Burocracia conceder autonomia ao Reino da Pedagogia.

É tempo de acabar com a visão mercantilista da Escola. É tempo de o Império da Burocracia conceder autonomia ao Reino da Pedagogia

Autor

Pinho Neno
Mestre em Ciências da Educação
Sócio nº 572/96 da AACDN

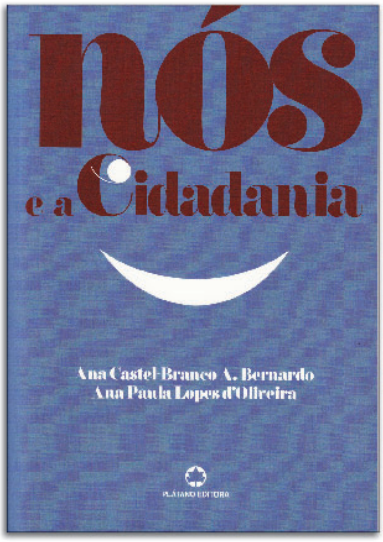
Empresas e Instituições amigas da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

Nós e a Cidadania

Ana Paula Lapa d'Oliveira, associada da AACDN n.º 857/04, é co-autora, juntamente com Ana Castel Branco A. Bernardo, da obra intitulada *Nós e a Cidadania*.
Pelo seu elevado interesse, *Cidade e Defesa* apresenta este livro, de natureza didáctica, nos seguintes termos:

Falar de cidadania, nos dias de hoje, tornou-se muito comum, em especial no que se refere ao *deficit* de cidadania que se verifica na sociedade portuguesa, ou à dificuldade de implementação de programas escolares de formação cívica verdadeiramente eficazes. Com efeito, na sociedade de hoje, a educação para a cidadania transformou-se numa tarefa que foi relegada, quase em exclusivo, para a escola. Será pois na escola, instituição privilegiada de educação e socialização das crianças e jovens, que se deve iniciar os futuros cidadãos nos domínios moral, jurídico e político inerentes à vida pública.
Partindo deste pressuposto, o objectivo deste livro é contribuir para o conhecimento das questões nucleares da cidadania, com base na exploração de temas/conceitos sustentados por quadros de aprendizagem significativa.
Educar para a cidadania constitui um imperativo ético que assenta, simultaneamente, em princípios, valores e conteúdos, que possam constituir indutores da acção cívica e vir a revelar atitudes de coerência no *saber*, no *saber ser* e no *saber estar* dos futuros cidadãos.
Ficam, assim, traçadas as linhas de força para uma educação que, a par da qualificação humanista, científica e técnica dos jovens cidadãos, pretende desenvolver a interiorização de uma cultura de participação e responsabilidade. Cumprir um papel relevante na formação dos cidadãos, entendidos como sujeitos políticos, habilitá-los a participar e a intervir de forma assertiva na sociedade democrática, constituiu o grande objectivo na elaboração deste manual, que se destina ao 2º e 3º ciclos do ensino básico.



FELIZ 2009

Sábados Culturais

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-**13**-14-15-16-17-18
19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31

Janeiro-Fevereiro-Março-Abril-Maio
Junho-Julho-Agosto-Setembro-Outubro
Novembro-**Dezembro 2008**

Um dia hão-de achá-las estreitas…

(Resposta do Marquês de Pombal à pergunta: *Para que servem ruas tão largas*?)

Nasceu frio e chuvoso aquele sábado, dia 13 do passado mês de Dezembro.
O convite para ficar em casa no aconchego do lar e da lareira era, por isso, irresistível.
Todavia, um grupo de 21 associados preferiu aceitar o convite da Direcção da nossa Associação para visitar a exposição, instalada no Páteo da Galé, no Terreiro do Paço, e subordinada ao tema *Lisboa 1758, O Plano da Baixa Hoje*
Esta mostra, organizada pela Câmara Municipal de Lisboa e Turismo de Lisboa e comissariada por Ana Tostões e Walter Rossa, assinalou a passagem dos 250 anos sobre o plano urbanístico de reconstrução da Baixa Lisboeta, elaborado na sequência do terramoto de 1755.
Foi um privilégio ter como guia a Dr.ª Ana Paula Moita, colaboradora do Arquivo Histórico de Lisboa e professora de História.
O resultado é fácil de adivinhar: complementarmente à riqueza da informação sobre a exposição, tivemos uma lição de História sobre a Lisboa do terramoto e seus habitantes.
A mostra estava organizada, no essencial, em três secções.
Entrámos na primeira secção, organizada com o objectivo de nos dar a conhecer os contextos e antecedentes ao plano de reconstrução.
A nossa "viagem" iniciou-se, assim, na Lisboa de antes do terramoto, exposta em enorme maqueta que nos mostra a cidade da época.
A mostra exibe algumas das peças mais curiosas relacionadas com a cidade e a sua reconstrução, destacando o desenho a pena e aguada de tinta sépia e cinza da autoria de Bernardo Caula; foi, também, possível contemplar a réplica do modelo da estátua equestre de D. José.
Entretanto, a Dr.ª Ana Paula Moita descreveu os aspectos mais relevantes do terramoto e seus efeitos.
E, de repente, sentimo-nos transportados para a remota manhã do dia 1 de Novembro de 1755.
As palavras esclarecidas da Guia e os sons de fundo provenientes de um sistema áudio devidamente preparado ajudaram-nos a imaginar os edifícios a

ruir, a angústia e o desespero dos lisboetas, a insuficiência dos meios de socorro e o número de mortos, feridos e desaparecidos em constante e aterrador aumento.
Víamos a mansidão do Tejo agigantando-se até se transformar num monstro que estendia os seus tentáculos em fúria devastadora, destruindo tudo o que encontrava pela frente.
Ouvíamos depois o crepitar das chamas, que se elevavam em labaredas destruidoras, reduzindo a cinzas as frágeis casas construídas em madeira.
Ouvida esta aterradora explicação, entrámos na segunda secção, espaço destinado ao processo urbano de reconstrução de Lisboa pós-1755; plano

que transformou a cidade e que é reconhecidamente um dos planos urbanísticos mais relevantes, consistentes e coerentes jamais produzidos em Portugal, com a particularidade de ter sido executado.
Ficámos também a saber que para a Baixa estava prevista a construção de edifícios, cuja altura ficava limitada à exigência de, em caso de desmoronamento, não ser atingido por este o prédio do outro lado da rua. Se a memória não me atraiçoa, três pisos e águas furtadas. Eram, por isso, edifícios relativamente baixos. Mas foi sol de pouca dura. Já lá vamos.
Com relutância, entrámos na *black box*. Com relutância, porque ninguém, de bom grado, quer ser metido numa caixa e, ainda por cima, negra!
No seu interior, o ruído de conversas.
Aqui, ali, além, conversas em surdina.
Quando saímos da *black box,* já o plano de reconstrução da Baixa apresentava edifícios bem mais altos, como agora se pode constatar.
Em três anos, 1755 a 1758, os interesses imobiliários, as influências e a corrupção, representados naquelas conversas em surdina, tinham feito prevalecer as suas exigências e alterado por completo o plano de reconstrução, com aumento significativo de área edificável.
Bem... isto são coisas que só existiram no tempo do Marquês de Pombal!
Tivemos também oportunidade de recordar a importância do papel da Engenharia Militar na execução do planeamento e execução do plano de reconstrução da cidade.
Terminava, assim, a visita à segunda secção alusiva ao plano de reconstrução de 1758, suas perspectivas e características, com especial relevo para as questões metodológicas.
Apreciámos depois a terceira secção relativa à evolução da área-plano da Baixa Lisboeta entre a segunda metade do século XVIII e a actualidade.
Além de apreciarmos as ruas da Baixa Pombalina, foi também possível contemplar algumas soluções urbanísticas que, de tão desenquadradas, nos deixavam incrédulos, suscitando a natural dúvida de como puderam ter sido autorizadas.
E foi também possível recordar outra catástrofe que em 25 de Agosto de 1988 se abateu sobre a Baixa de Lisboa: o incêndio do Chiado.
Chegava ao fim a oportunidade que nos foi proporcionada de conhecermos de perto a história e o planeamento urbanístico da reconstrução da Baixa Lisboeta, destruída pelo terramoto de 1755.
E assim chegava também ao fim mais uma excelente visita integrada nos Sábados Culturais, promovido pela nossa Associação.

José Monteiro

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

David de Oliveira **Assoreira** nasceu a 4 de Outubro de 1944, em Santo Tirso; é casado e pai de dois filhos

Licenciado em Ciências Agronómicas pelo Instituto Superior de Agronomia - Lisboa, possui também o Curso Superior de Arquitectura Paisagista, da Universidade Técnica de Lisboa.

A sua actividade profissional reparte-se por diversos sectores e em variadas funções. Assim, a partir de Setembro de 2006 presta assessoria e consultoria técnica em regime liberal.

Foi assessor da Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico no Ordenamento da Orla Costeira a Norte do Porto; assessor no Gabinete do Plano do Zambeze/Cabora Bassa; consultor para o Governo Brasileiro no Planeamento dos Espaços Naturais Federais; assessor do Secretário de Estado do Ambiente; presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, durante 16 anos; director do Parque Nacional da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; e administrador-delegado para a Gestão dos Portos do Sul do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Foi membro: da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da CEE; do Conselho Nacional de Educação; do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia ; e do Comité Permanente da Assembleia das Regiões da Europa.

Foi vogal da Comissão Instaladora da Universidade do Algarve e do Instituto Politécnico de Faro; da Comissão Nacional de Acompanhamento do I e II Quadros Comunitários de Apoio; e da Comissão de Saneamento Básico do Algarve.

Foi responsável nacional do "Projecto de Saneamento Básico Algarve II" e coordenador do "Projecto Transfronteiriço Algarve-Andaluzia do Programa CORINE".

Foi vice-presidente da Comissão do Arco Atlântico da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa e da Comissão Intermediterrânica da CRPM.

Foi presidente da Unidade de Gestão do Programa Operacional do Sotavento Algarvio e foi, também, presidente da Unidade de Gestão do Programa Operacional do Barlavento Algarvio.

Do seu curriculum constam diversos cursos, estágios e acções de formação: Technical Consultants and Training Land Use, da Agency for International Development/USA; Planeamento Integrado, do Comité Económico para a Europa/ONU, na Finlândia; Mundo Rural – Programa para o Desenvolvimento (Virgínia, USA); Tarefas e Organização da Administração Autónoma Autárquica, da Fundação Alemã para o Desenvolvimento (Berlim), "Inglês para reuniões e negociações", do Instituto Nacional de Administração; "Formação Avançada em Gestão de Qualidade"; e Performance Indicators for Water Suply Systems, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Concluiu o Curso de Auditores de Defesa Nacional em 1996, sendo o sócio n.º 570/96 da AACDN.

AQUI DENTRO ESTÁ TUDO O QUE UMA EMPRESA PRECISA PARA COMUNICAR.

*Preço com IVA a 21%: €84,70 por mês por utilizador (para 5 utilizadores). Custo de adesão: €150 | Preço sem IVA a 21%: €181,50. Condições exclusivas para empresas, com contrato de 36 meses, válidas à data de edição desta publicação.

Voz Fixa - Voz Móvel - Internet Fixa - Internet Móvel

€ 70/mês + IVA por posto de trabalho*, incluindo:

- Telemóvel
- Telefone fixo
- Central Telefónica
- Computador
- Placa banda larga
- Router
- Anti-vírus grátis, durante 3 meses

Ligue já **800 96 00 00** ou vá a **www.tmn.pt**

tmn negócios

PT Comunicações